

EM DEFESA DO MELHOR ABANDONADO

José Carlos Zamboni

Se a democracia surgiu para proteger a maioria mais fraca da hegemonia da minoria mais forte — não é outra a razão de ser da dura lex —, é preciso hoje na universidade, área das artes e das ciências humanas, defender a frágil minoria dos alunos mais fortes da massacrante maioria dos alunos mais fracos.

Não estou brincando de paradoxo. Trata-se da realidade, e a realidade se faz no dia-a-dia; dia com dia que, somados, compõem todo um ano letivo jogado fora, na obrigação impossível de servir a dois senhores: o assistencialismo social e o compromisso com a alta cultura.

Com as porteiras populisticamente abertas da universidade pública, na área das humanidades, para a grande manada mal instruída provinda do curso colegial, o professor via-de-regra se defronta com dois tipos de alunos: uma minoria preparada para ser introduzida no conhecimento acumulado de cada área — com suas boas e más idéias — e uma maioria amorfa que, como o urutau à noite, fica de bico aberto esperando moscas para engolir.

Até prova em contrário, moscas e idéias são entidades de natureza diversa: sempre guardaram, entre si, uma saudável distância. Infelizmente, em nossos dias, ela tende gradualmente a diminuir. E acaba ocorrendo uma cômica inversão de papéis: nossas melhores mentes são obrigadas a se alimentar de moscas, enquanto os pobres urutaus da universidade se debatem e suam diante de idéias que nunca assimilam.

Não seriam mais úteis à sociedade se aproveitados em atividades mais práticas? O mau professor de português formado pelos cursos de letras massificados, incapaz de redigir uma linha sem insultar a gramática, não seria um cidadão mais digno noutra área de atuação? Não conheço violência maior contra o indivíduo, do que essa cometida pela universidade contra os alunos não vocacionados para o ensino superior, maldosamente compelidos à

mediocridade.

No fundo, quem executa essa deplorável alquimia — alunos virando bois de presépio e urutaus de bicos mudos — senão o próprio poder político que, indiferentemente à esquerda ou à direita, só se sente bem entre grandes números? Quanto mais alunos ingressando em nossas pobres humanidades, melhor. De preferência idiotizados, definitiva e paradoxalmente excluídos do mundo do espírito, ainda que frequentando diariamente o seu templo (excluídos do espírito, e cada vez mais incluídos no generoso seio da *mass mídia*), numa prática excludente endossada pela corporação dos professores, seja por equívoco ideológico ou pelo temor de perder alguns quilos.

“Eles têm grandes números. Nós temos as alturas”. Com essa frase, emprestada de Tucídides, o crítico Harold Bloom abriu um bom artigo seu publicado pela *Folha de São Paulo* no final do último século, 29/11/98, no suplemento *Mais* (que as más línguas preferiam chamar de *Menos*). Pois é. Nós temos as alturas a que nos conduziram Dante, Shakespeare, Dostoiévski, Kafka, Machado & Cia. Ltda. — todo o cânon, enfim —, aquelas alturas em que o albatroz de Baudelaire se sente confortável, ele que frequenta a tempestade e se ri do arqueiro.

O que fazemos, contudo, em nome de um questionável nivelamento por baixo? Entregamos o albatroz aos marinheiros e deixamos o cânon entrar pelo cano. Como a maioria despreparada dos alunos não pode acompanhar as aulas — por não haver tido, ainda, oportunidade de desenvolver seu potencial ou, admitamo-lo com franqueza, por não ter nenhum potencial —, colocamos a minoria capaz em discreto banho-maria para que possamos, democraticamente, socorrer a primeira.

Se é caridosa para com a maioria carente, que entrou para a universidade e merece mais ideias do que moscas — mais do que isso: tem direito a ideias —, é atitude seguramente injusta para com aqueles que escolheram conscientemente a sua área de estudo. Prestaram um estressante e desumano vestibular, foram bem aprovados e agora devem, por escolha de maestros bem

intencionados, caminhar em adágio ou andante, quando seus músculos pedem um *allegro moderato* ou até *vivace*.

Já faz tempo, vi na televisão um documentário sobre os três por cento de pessoas que, em nosso país, estão acima da inteligência média brasileira. Por que não temos mais coragem de admitir que o futuro do País-do-Futuro depende, sobretudo, daquilo que o Brasil souber fazer dos seus melhores jovens? Não serão eles que exercerão, mais tarde, o papel de liderança nas escolas, empresas, religiões, artes, etc.? O país sairá do atoleiro cultural sem a mediação consciente dos líderes, que recolhem a herança teórico-prática da civilização e a passam adiante? Será atitude fascista defender o conceito de liderança ou de chefia num contexto democrático?

Enquanto isso, só resta ao professor continuar na sisifiana tarefa de capacitar para nada aquela maioria incapaz (que os complacentes exames vestibulares, bem ao contrário da kafkiana Porta da Lei, acabam deixando entrar). Incapaz para as letras, mas na certa competente noutras coisas, tão nobres como interpretar um canto do Purgatório dantesco ou decifrar um parágrafo de Hegel. Os melhores abandonados que esperem — ou se virem, apelando para o velho autodidatismo na época do superconhecimento compartimentado.

No caso específico das letras universitárias, para compreender melhor o que anda ocorrendo nas últimas décadas, é fundamental um breve passeio pela rede pública de ensino.

Fechemos o nariz, pois, e entremos nas escolas públicas: funcionam em prédios abomináveis, projetados por arquitetos de galinheiro a soldo de políticos analfabetos.

Paremos, por exemplo, diante da sala do sofrido e sofrível professor de português. Não ensina mais gramática e literatura. Como ensinar o que não sabe, nem é mais desejável que se ensine? Ele e seus colegas nunca aprenderam gramática ou literatura, pois estudaram nas piores universidades do mundo, públicas ou privadas — todas muito bem privadas, naquele sentido menos cheiroso da coisa.

Para usar a linguagem que esse pessoal manipulado aprendeu na universidade: querem *excluir* a verdadeira literatura do currículo e *incluir* generosamente o lixo da mídia, expresso segundo a doce cartilha do politicamente correto. Para agradar ao aluno, difunde-se todo tipo de besteira, universalmente reduzida a *texto*. Hoje, tudo é texto. No mesmo nível estão o artigo de jornal, a bula de remédio, a receita de bolo, a letra do Chico e o conto do Machado. O que importa é “ler o texto do mundo”, palavra de ordem dos cursos de letras, propagada no incompreensível dialeto acadêmico pelo obscurantismo semiótico ou desconstrucionista, de braço-dado com as sobras requentadas do marxismo ressentido.

O vestibular, nas humanidades, não existe mais para premiar o aluno competente, mas para sustentar um negócio da China que começa nos livros didáticos da escola básica e média, passa bem passado pelos cursinhos e termina, em *gran finale*, nas próprias universidades.

Selecionar os melhores é elitismo malvado, covardia de bicho-papão. É dever do professor universitário dar as mãos aos desafortunados da sociedade ou da natureza e erguê-los até o próprio nível — o que, aliás, não é muito difícil. Encolhe assombrosamente, cada vez mais, a diferença de conhecimento que sempre houve entre aluno e professor. Nunca um doutoramento foi tão fácil como no Brasil depois da ditadura militar, que teve o honroso mérito de começar a massificação do ensino, brilhantemente continuada pela esquerda peemedebista, peessedebista e petista, que no fundo não passam de farinha do mesmo saco.

Gramática (lembro-me bem quando tudo isso começou...) virou sinônimo de torpe repressão burguesa, embora não se usem mais essas palavras do velho e carunchado comunismo. Gramsci e a própria Escola de Frankfurt ensinaram a esquerda a ser uma vaca de nariz mais sutil, com um vocabulário politicamente mais correto para repetir a mesma e velha ideia marxista, segundo a qual a literatura, sobretudo a clássica, é disfarce e mascaramento super-estrutural dos conflitos infra-estruturais — blablablá de

intelectuais pequenos burgueses a serviço das classes excludentes. Bom romancista é quem usa a linguagem da patuleia, fundindo numa só massa indistinta, dialeticamente integrada, o coloquial dos diálogos e o tom mais cerimonioso da narração, em sadia e antonio-cândida identificação com as massas oprimidas pelo açúcar e o colesterol; ou quem não usa linguagem alguma, como os concretistas e os minimalistas.

Com a traseira confortavelmente instalada na poltrona multiculturalista, jurando serem iguais todas as culturas e terem o mesmo direito à luz do sol pedagógico — *caritas* em versão niilista —, a inteligência iletrada escreve livros didáticos, com financiamento público, para aprimorar nos alunos a ideia, mil vezes engolida da fonte midiática, de que uma letra boçal de *rap* não precisa sentir-se constrangida diante de um soneto camoniano.

Só um Deus pode nos salvar, diria Heidegger. Ou um dilúvio. De preferência, com água sanitária.